



**Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Amazonas
GABINETE DO 6º OFÍCIO**

ÚNICO
PR-AM - 13922/2015
ENV. 3339/2015

Av. André Araújo n.º 358 – Aleixo – Manaus/AM - CEP: 69060-000
Fone/Fax: (92) 2129-4750 – Correio eletrônico: oficiocivel6@pram.mpf.gov.br

OFÍCIO Nº 313/2015/6ºOFCIVEL/PR/AM

Manaus, 6 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

Doutor JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Coordenador da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão – 2ª CCR - do MPF

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C

CEP 70050-900 BRASÍLIA - DF

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, em atenção ao art. 3º da Portaria 2ª Câmara nº 169, de 19 de março de 2015, com a prorrogação de prazo constante no Ofício MPF/PR/RJ/GAB/APRR nº 4707/2015, de 17 de abril de 2015 (PR-RJ – 00024124/2015), encaminho Ata da Primeira Reunião realizada no dia 28 de abril de 2015, contendo a indicação de Coordenador e Coordenador Substituto pelo colegiado do GT, bem como proposta de Plano de Trabalho formulado pelo Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Respeitosamente,


LEONARDO DE FARIA GALIANO
Procurador da República
Coordenador do GT Crimes Tributários e Fiscais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais
2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 13:00 horas, na sala de reuniões da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prédio da Procuradoria-Geral da República, na cidade de Brasília, Distrito Federal, onde compareceram os Excelentíssimos Procuradores da República Ana Paula Ribeiro Rodrigues (PRRJ), Leonardo de Faria Galiano (PRAM) e Pedro Melo Pouchain Ribeiro (PRMA) e o Excelentíssimo Procurador Regional da República Douglas Fischer (PRR4, prestando serviços na PGR). Presente também o Excelentíssimo Procurador da República Guilherme Guedes Raposo, Secretário Executivo da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Foi aberta a reunião visando indicar Coordenador e Coordenador Substituto do Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais, bem como elaborar o plano de trabalho do Grupo.

Primeiramente, o grupo aclamou, por unanimidade, os nomes dos Excelentíssimos Procuradores da República Leonardo de Faria Galiano e Pedro Melo Pouchain Ribeiro para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenador e Coordenador Substituto do Grupo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

Na sequência, deliberou-se sobre o programa de trabalho do grupo, a ser cumprido no período máximo de um ano, composto dos seguintes objetivos:

1) Elaboração de proposta de projeto de lei versando sobre crimes contra a ordem tributária. Natureza material ou formal dos crimes. Disciplina da prescrição. Efeitos do pagamento e parcelamento do crédito tributário. Procedimento administrativo fiscal e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

2) Levantamento da situação atual da consolidação, controle e taxa de recuperação dos créditos tributários objeto de parcelamento, visando subsidiar os considerandos da proposta referida no item 1.

3) Levantamento da situação das programações fiscais e seus critérios visando ao atendimento de requisições do Ministério Público Federal. A questão do interesse fiscal e o interesse da investigação criminal. Verbete nº 24 da súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

4) Estreitar o relacionamento com a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional. Qualidade das representações fiscais para fins penais: Acesso aos sistemas eletrônicos da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional. Representações fiscais relativas a fraudes identificadas nas execuções fiscais.

5) Levantamento dos bancos de dados disponíveis na Secretaria de Pesquisa e Análise e das possibilidades de sua utilização, mediante cruzamento de dados, para a persecução dos crimes contra a ordem tributária, inclusive para planejar, de forma coordenada, as investigações criminais.

6) Buscar soluções para deficiências pontuais já identificadas pelo Grupo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

6.1) Ausência de representações fiscais para fins penais relativas aos crimes previstos no art. 168-A do Código Penal, e art. 2º, inc. II, da Lei nº 8.137, de 1990, nas hipóteses em que o contribuinte apresenta as declarações pertinentes e, dessa forma, não há auto de infração (autolancamento – vide verbete nº 436 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

6.2) Postergação da remessa das representações fiscais para fins penais relativas aos crimes formais; tendo em vista a previsão do art. 83 da Lei nº 9.430, de 1996. Necessidade de remessa imediata, já que, tratando-se de crimes formais, não se aplica o verbete nº 24 da súmula vinculante de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Risco de prescrição. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4980.

6.3) Outras, levantadas ao longo dos trabalhos do Grupo.

Iniciando os trabalhos, os integrantes saem da reunião com os compromissos de, no **prazo de 30 (trinta) dias**:

a) Reunir, para estudo, análise e atualização, os trabalhos já existentes referentes aos objetivos 1 e 2 do plano de trabalho, incluindo propostas de reformulação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

b) Estabelecer contatos na Receita Federal e na Procuradoria da Fazenda Nacional visando colher informações relacionadas aos objetivos 3 e 4 do plano de trabalho;

c) Agendar oportunamente reunião com a Secretaria de Pesquisa e Análise (objetivo 5 do plano de trabalho).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

Após, foi encerrada a reunião, cuja Ata, depois de lida e conferida, vai devidamente assinada por todos os membros integrantes do Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais.

DOUGLAS FISCHER
Procurador Regional da República

ANA PAULA RIBEIRO RODRIGUES
Procuradora da República

LEONARDO DE FARIA GALIANO
Procurador da República

PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO
Procurador da República